

Passando a limpo: organização, ação direta e outras estratégias libertárias.

Algumas experiências em São Paulo na Primeira República*

Antoniette Camargo de Oliveira

UNIPAM. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia

Resumo Um levantamento dos reais motivos que levaram os trabalhadores anarquistas tanto a se organizarem, quanto a utilizarem certas estratégias de organização e luta, cuja tonalidade era o princípio da Ação Direta. Apontamento de algumas concepções ou idéias sobre o anarquismo, a partir de alguns autores, buscando rever a negatividade do referido movimento no Brasil, tomando como referência nesse intento, principalmente a cidade de São Paulo, na Primeira República.

De resto, é natural que a organização assuma as formas que as circunstâncias aconselham e impõem. O importante não é tanto a organização formal, mas o espírito de organização. Podem acontecer casos, durante o furor da reação, em que seja útil suspender toda correspondência, cessar todas as reuniões: será sempre um mal, mas se a vontade de estar organizado subsiste, se o espírito de associação permanece vivo, se o período precedente de atividade coordenada multiplicou as relações pessoais, produziu sólidas amizades e criou um real acordo de idéias de conduta entre os camaradas, então o trabalho dos indivíduos, mesmo isolados, participará do objetivo comum. E encontrar-se-á rapidamente o meio de nos reunirmos de novo e repararmos os danos sofridos. (MALATESTA: 1989, p. 81).

Ao buscar compreender as organizações libertárias, mais especialmente na cidade de São Paulo, no seu caminhar ombro a ombro com o movimento operário na Primeira República brasileira, surgiram algumas questões as quais a escrita deste artigo ousa responder. Uma questão fundamental diz respeito às diversas maneiras como as ações dos trabalhadores e excluídos urbanos em geral, vieram sendo dadas a conhecer ao longo do tempo. À medida que este exercício foi feito, a história de tais sujeitos foi se desvelando por eles mesmos (SHARPE: 1992, pp. 39-62). Trata-se de uma “história vista de baixo”. Para isto, recorreu-se a periódicos, instrumentos de divulgação largamente utilizados pelos anarquistas, para expressar seus pensamentos e anseios, e divulgar suas atividades e respectivos resultados. Vale esclarecer que as obras (CARVALHO: 1927, 1932; LEUENROTH e VASCO, s/d.)

* Este artigo contém os resultados de pesquisa realizada principalmente no AEL (Arquivo Edgar Leuenroth), localizado na UNICAMP, para compor parte da Dissertação de Mestrado intitulada: *Despontar, (Des)fazer-se, (Re)viver: A (des)continuidade das Organizações Anarquistas na Primeira República*, defendida pela autora deste artigo em agosto de 2001, sob orientação e co-orientação, respectivamente, das Professoras Doutoras Christina da Silva Roquette Lopreato e Jacy Alves de Seixas.

de cunho anarquista (excluindo os artigos de jornais), nas quais também se buscou conhecer a Cultura Libertária, tratavam, em grande parte, de relatos das atividades pessoais e do ponto de vista de quem as escreveu. São, na verdade, memórias, lembranças, representações de trabalhadores militantes a partir deles próprios.

Por um lado, o tratamento dispensado à trajetória da atuação anarquista no Brasil fez com que, em certa medida, sua riqueza teórica e prática ficasse desconhecida. Pode-se dizer que houve um “ocultamento”, por parte da historiografia dita “oficial”, de determinadas passagens que foram de suma importância enquanto lutas populares atentatórias contra o poder constituído. Por outro lado, existem os escritos ditos de “esquerda”, mais especificamente de autores comunistas e/ou socialistas, que trataram o anarquismo como uma espécie de rival a ser combatido, um vilão da História, causa ímpar dos fracassos operários.

Existem trabalhos historiográficos (SIMÃO: 1966) que, mesmo buscando dar destaque a algumas contribuições dos anarquistas para o movimento dos trabalhadores na Primeira República, são marcados pela relação anarquismo/imigração e, quase sempre significando fraqueza e derrota. Assim, a característica geral que têm os diversos trabalhos que enxergam o anarquismo de forma depreciativa e negativa, é que os mesmos refletem uma ânsia por adequar as práticas militantes a esquemas predeterminados. A questão é que a Cultura Política Libertária, significativa enquanto recheada de experiências peculiares, estaria à margem de tais esquemas. Para certos autores, trata-se de dinâmicas que “não geram política no sentido do processo postulado” (SADER e PAOLI, 1977, p. 45). Ou seja, a política que geram não pode ser admitida como princípio de um sistema dedutível, não se trata de uma operação lógica, “normal”.

O movimento operário/anarquista brasileiro que, crê-se, representado principalmente pela cidade de São Paulo, além de tratado de forma negativa, era visto como um caso de polícia, principalmente pelo governo. Quanto aos empresários, num primeiro momento sempre impassíveis de negociar com os trabalhadores, a partir das suas reivindicações por melhores condições de trabalho, também acabavam deixando nas mãos da polícia a resolução dos conflitos. Tanto foi assim que, por ocasião da greve de 1917, em São Paulo, como nos indica Lopreato, as reivindicações dos operários eram consideradas “um insulto ao patronato e obra de agitadores estrangeiros” (LOPREATO: 2000, p. 199). Sendo o anarquismo visto como algo importado, passava-se a idéia de que sem estrangeiros e/ou anarquistas, não existiriam conflitos de classes na sociedade brasileira.

Quanto à ênfase em apontar o movimento operário e o anarquismo como algo importado, acredita-se que uma das possibilidades para se entender a origem de tal preconceito foi a análise enviesada e acrítica de periódicos como o *La Battaglia*¹, por exemplo. Segundo Biondi (1998), seus redatores – anarquistas, estrangeiros e representantes dos imigrantes (principalmente os italianos) então marginalizados – acima de tudo quando o perigo da expulsão os ameaçava, utilizavam argumentos que se referiam aos estrangeiros como exemplos de superioridade dentro da sociedade brasileira. No entanto, é importante frisar que utilizavam este argumento, justamente por perceberem que as violências sofridas não se justificavam simplesmente pelo fato de serem trabalhadores, mas muito mais por serem estrangeiros (BIONDI: 1998, p. 136).

Tratou-se de um caminho de mão dupla. Numa direção, a “teoria da planta exótica” criada pela propaganda oficial para justificar a Lei de Expulsão de 1907. E na direção contrária, os anarquistas italianos (principais ameaçados pela Lei), reagindo de dois modos: “contestando a idéia de pátria” e “sublinhando a superioridade”.

¹ Conforme informações elencadas a partir de um Micro Histórico elaborado sobre este periódico, a publicação do *La Battaglia* tem início entre 1901 e 1903, sendo que tem fim entre 1912 e 1913; era semanal; a partir de setembro de 1912 transformou-se no *La Barricata*; seus principais redatores e editores foram Gigi Damiani, Florentino de Carvalho, Enrico D’Avino, Oreste Ristori, Tobia Boni e outros. Tratava-se de um órgão de crítica social, caracteristicamente anarquista comunista.

dade do estrangeiro frente ao brasileiro” (BIONDI: Op. cit., pp. 137-8). No primeiro modo, como anarquistas, caracteristicamente internacionalistas, contrários às fronteiras que separam os vários países, etc., no segundo modo, como etnocêntricos, crentes de que a cultura (neste caso a italiana) devesse ser tomada como exemplo a ser seguido.

Tal etnocentrismo foi, no caso, uma espécie de defesa dos estrangeiros, mais precisamente nos períodos em que sofriam violência física e/ou moral. Neste sentido, o fato de ter existido grande número de imigrantes, principalmente italianos, nas organizações operárias, não quer dizer que tenham trazido de seus países de origem a ideologia libertária, como se o trabalhador brasileiro estivesse à margem de tal processo. Na verdade, os imigrantes formavam a grande maioria dos trabalhadores então alocados nas indústrias nascentes, além de artesãos e pequenos comerciantes. Daí terem sido a grande maioria dos que se organizaram. O mais provável é que os problemas encontrados aqui, tais como a exploração, a repressão, as más condições de trabalho, de higiene, de saúde e de vida, o desemprego e o subemprego, tenham estimulado os trabalhadores em geral (não somente os imigrantes), a agirem no sentido de melhorar suas condições de trabalho e de vida. (PINHEIRO e HALL: 1985, p. 120).

Por outro lado, não se pode desconsiderar que, dentre a grande maioria de trabalhadores imigrantes, havia sim aqueles que tiveram contato com as idéias anarquistas nos seus países de origem. Foi o que aconteceu com Oreste Ristori (um dos fundadores do *La Battaglia*) ainda na sua adolescência (ROMANI: 1998, p. 15). Mas, além desta possibilidade de considerar o anarquismo como algo importado, deve ser levado em conta também o fato de que, mesmo nascidos no Brasil ou vindo para cá ainda crianças, muitos futuros militantes anarquistas tomaram conhecimento de tal filosofia através das leituras de grandes teóricos do anarquismo (como Kropotkin, Proudhon, Bakunin, Malatesta, entre outros)². Além disso, periódicos, revistas e obras anarquistas estrangeiras eram traduzidos para o português pelos próprios militantes e disponibilizados através dos seus periódicos e/ou organizações. Como exemplo de tais evidências, encontram-se alguns avisos trazidos pelos diversos periódicos anarquistas em que anunciam e sugerem leituras, bem como os locais e respectivos endereços onde poderiam ser encontrados para pesquisa ou para compra, com dias e horários que poderiam ser freqüentados e/ou adquiridos:

“Revistas e periodicos anarquistas
EM PORTUGUEZ

Kultur, revista mensal, rua do Torres – Rio de Janeiro, Serie de 12 numeros: 5\$000; avulso: 300 réis.

O *Despertar*, quinzenario, rua Sete de Setembro 37, Curitiba (Paraná).

Amor e Liberdade, revista quinzenal, rua Andrade 2, 4º. D -, Lisbôa.

A Obra, semanario, travessa da Agua Flor, 52 1º. Lisbôa.

Despertar, semanario, rua da Bainharia, 137, 2º. – Porto. Número avulso 100 réis”.³

“NO CAFÉ

O Grupo *Filhos da Era Anarquista* tomou a iniciativa de fazer publicar um folheto de propaganda em português. Para isso, além das subscrições abertas aqui e no Rio, organizou o grupo uma festa – a do dia 7 de junho, no Casino Penteado (...) e este aviso é sobretudo dirigido aos (camaradas) do Rio – que o folheto será publicado. O AL CAFFÉ, de Malatesta, que se está traduzindo, será

² Foi o caso de Primitivo Raimundo Soares (Florentino de Carvalho), em cuja biografia consta que se depa-rou, aos nove anos, com o livro do anarquista russo Piotr Kropotkin, numa livraria.

³ Revistas e periodicos anarquistas em portuguez. *O libertario*. Rio de Janeiro, 1 nov. 1904, ano I, n. 1, p. 1.

em breve entregue aos tipógrafos. Para este resultado contribuiu o grupo *Nova Civilta* que se associou à iniciativa do grupo acima indicado”.⁴

“a) *Conferências* feitas pelo interior do Estado, por Oresti Ristori, sobre as injustiças sociais, hipocrisias religiosas, políticas, mistificações da polícia, da exploração capitalista.

b) *Livros*: P. Kropotkin –

“A conquista do pão”
“O espírito de rebelião”
“Aos jovens”
“Memórias de um revolucionário”

M. Bakunin –

“Il socialismo e Mazzini”

E. Reclus –

“Evolução e Revolução”
“O ideal anarquista”
“Teoria della rivoluzione”

E. Malatesta –

“L’anarquia”
“Entre os camponeses”

P. Gori –

“Gli anarchici e l’articolo 248”

Saverio Merlino –

“porque somos anarquistas”

S. Gustavo –

“Os anarquistas e os que queremos”

c) *Folhetos*: Jorge Thomaz –

“O que querem os anarquistas”

P. Kropotkin –

“O comunismo anárquico” de 32 p.
“A terra livre” de 16 p.

d) *Revistas*: “Il pensiero moderno” (mensal e gratuita).⁵

Alguns militantes mais ativos e conhecidos na Primeira República tornaram-se anarquistas quando do contato com tais traduções, “entre eles José Oiticica e Fábio Luz” (NASCIMENTO: 2000, p. 21). É lógico que uma obra não tem este poder em si mesma, mas não deixa de ser uma fonte idealista de inspiração. Há ainda a considerar uma matriz brasileira do anarquismo oriunda dos republicanistas descontentes com os rumos da República na virada do século XX. Entre outros, destaca-se Edgard Leuenroth, nascido no interior de São Paulo, que, após rápida passagem pelo socialismo, abraçou o anarquismo e fez dele sua profissão de fé.

Um outro apontamento no que diz respeito à origem da classe operária brasileira, também foi de grande contribuição para jogar por terra a idéia da “Planta Exótica”. Trata-se da descoberta, reveladora, de que a grande maioria dos imigrantes possivelmente era de origem rural, não tinha nenhuma experiência industrial anterior, nem qualquer tipo de participação política nos seus países de origem. O que prova, mais uma vez, que as condições específicas encontradas aqui foram mais significativas que seus traços culturais trazidos de fora (PINHEIRO e HALL: 1985, p. 97).

⁴ No Café. *O Amigo do Povo*. São Paulo. 16 ago. 1902, n. 10.

⁵ *La Battaglia*. São Paulo. 30 set. 1905, n. 52.

La Battaglia. São Paulo. 14 abr. 1906, n. 75.

La Battaglia. São Paulo. 2 dez. 1906, n. 103.

A chave para se compreender principalmente o período entre 1917 e 1920 está na mudança de atitude do trabalhador em relação à sua participação nas organizações. Na medida que os imigrantes não conseguiram, tão facilmente como pensavam, retornar ricos à sua terra natal, pois viviam numa condição de subsistência, despertaram para a organização. Antes evitada, esta passou a ser uma necessidade na luta pela sobrevivência (MARAM: 1979, pp. 29-30).

A grande difusão das organizações fora dos canais institucionais ou corporativos se devia, principalmente, às condições sociais, políticas e econômicas da Primeira República, já que a organização política formal, daquele período, impedia o acesso dos trabalhadores a uma participação efetiva na mesma (MAGNANI: 1982, p. 32). No entanto, não há como não relativizar tal explicação, pois é sabido que os anarquistas repugnavam o Estado e, exatamente por isto, não tinham nenhuma intenção de manter qualquer relação com o mesmo. Ou seja, a marginalidade institucional também pode ter se dado deliberadamente, não só como uma das saídas diante da repressão, mas como uma atitude de reação àquele contexto; ou seja, tratava-se de uma “marginalidade opcional”.

Os anarquistas, diferentemente dos socialistas e reformistas, não tentavam fazer com que os trabalhadores imigrantes se naturalizassem brasileiros. O objetivo destes últimos era tornar o estrangeiro um membro efetivo da sociedade, que pudesse buscar alguma transformação, só que através da cédula eleitoral. “Os anarquistas não faziam tais exigências. O nacionalismo e a participação no processo eleitoral contrariavam seus princípios ideológicos, o que deixava o imigrante à vontade para afiliar-se a seus sindicatos e ainda manter laços com a terra mãe”. (MARAM: 1979, p. 163). Da mesma maneira, o *boom* de organizações anarquistas e, principalmente as sindicalistas, pode ser justificado pelo princípio da Ação Direta, que imprimia às organizações um caráter de autonomia. A descentralização organizacional pode ser então representada na metáfora do fogo – que quando irrompe num só ponto, é fácil extingui-lo ou circunscrevê-lo, mas quando surgem de todos os lados não há forças capazes de apagá-lo.

O pano de fundo deste artigo é suceder alternadamente representações e perspectivas sobre o anarquismo, a partir de alguns dos diversos trabalhos e artigos produzidos. Não se quer com isto sacralizar ou crucificar o ideal libertário, mas desvelá-lo no que ele realmente se propôs desde o início. Lembre-se que o movimento operário no Brasil se deu simultaneamente ao movimento anarquista.

O movimento anarquista tonalizado pela AÇÃO DIRETA

O fato de os anarquistas não terem se constituído em um partido político, enquanto local privilegiado de luta, não deve significar que os mesmos não possuíssem uma Cultura Política. Concordando com Margareth Rago, não é possível que o simples fato de terem se recusado a criar uma instituição a qual consideravam centralizadora e hierárquica tenha reforçado sua imagem enquanto ingênuos ou mesmo enquanto “rebeldes” no sentido pejorativo da palavra. Trata-se, ao contrário, de uma opção por agir em vários campos e de diversas maneiras. Não constituir um partido, o que antes de tudo faz parte do ideário anarquista, não fez com que sua luta deixasse de ser política, pois as relações de poder contra as quais investiram não estavam somente no campo político-partidário, mas também “na fábrica, na escola, na família, no bairro, na rua” (RAGO: 1997, pp. 13-14). Além do mais, enquanto crítica à teoria da representatividade, a Ação Direta para os libertários foi, inclusive, uma forma de ataque à política burguesa.

Em outras palavras, os únicos movimentos políticos dos quais os anarquistas não se afastaram foram aqueles cujos objetivos imediatos e diretos eram a emancipação dos trabalhadores. Na análise de Guérin, se um operário chegasse a ser eleito deputado, por exemplo, sendo, conseqüentemente, transportado para

outras condições de existência, ele deixaria de ser um trabalhador e acabaria mais burguês que o próprio burguês (GUÉRIN: s/d p. 26), daí sua opção antipartidária:

(...) efetivamente ‘o verdadeiro partido operário não baniria da sua atividade a luta política’. Mas não escrevemos ‘luta eleitoral e parlamentar’, que não constitui de per si só toda a luta política. (...) Nem só a política. (...) Nem só a política estatista, ou eleitoral, ou democrática, é política: esta tem para nós um sentido muito mais amplo. (...) Em conclusão, a política não é só a arte de governar ou de eleger deputados. (...) é para nós a ciência que se ocupa da organização e funcionamento da sociedade, dos meios de ação social (...).
(Presidente do Partido Operário Independente. 1906, n. 4, p. 2).

Segundo os anarquistas sindicalistas, tal pensamento se confirma. Para estes, o autêntico Partido Operário não excluiria a luta, a ação, mas o processo político, o qual acabaria por estabelecer desavenças entre os operários. Embora politicamente indeterminadas, suas associações de classe não deixariam de lutar, por exemplo, contra os caprichos governamentais e policiais em relação às ações dos trabalhadores no conflito com os capitalistas.

Voltando aos trabalhos militantes (não necessariamente os anarquistas), publicados nos anos 1950 e início dos anos 1960, em que se nota uma preocupação mais rigorosa com datas e fatos, estes se limitam a apenas determinados episódios, próximos ou pessoalmente vivenciados por seus autores. Sendo assim, tinham a função legitimadora, seja da classe, seja de determinada corrente ideológica, ou mesmo de algum militante, que, neste caso, se traduzia em forma de biografia ou autobiografia. Tais histórias “corte” ou “inaugurais”, ou ainda *memórias* (DIAS: 1977; TELLES: 1962; PEREIRA: 1962; REIS: n. 35, pp. 70-78), com algumas exceções, trataram do anarquismo apenas de forma secundária. Enquanto ressalva, dentre os militantes anarquistas que tiveram obras publicadas, temos como exemplares Florentino de Carvalho (CARVALHO: 1927, p. 241), Edgard Leuenroth (1963) e Edgar Rodrigues (1969).

Segundo a maioria destes autores, a fraqueza do movimento se deveu ao fato de que os libertários não foram nem poderiam ser capazes de organizar e mobilizar os excluídos, de forma contínua e permanente. Sublinham sempre uma certa falta de homogeneidade na composição dos trabalhadores no Brasil, e daí sua conseqüente desintegração, bem como falta de solidariedade, empecilhos para uma ação política singular, coesa.

Assim, cobra-se dos libertários um comportamento ao qual não se propuseram. Eles tinham a sua própria lógica e postura prática e teórica ante a realidade. Nesse sentido, a Ação Direta, enquanto princípio político comum às diversas correntes do anarquismo, acabava dando o tom do movimento. Quanto a tais correntes, em São Paulo, duas pelo menos se destacaram: a anarquista comunista e a anarquista sindicalista. Antes de falar dos vários tipos de organizações que adotavam uma ou outra destas correntes, destacam-se a seguir suas principais diferenças.

Pode-se afirmar que a grande dissimilitude entre os anarquistas comunistas e os anarquistas sindicalistas perpassava pela desconfiança anarquista comunista com relação às ações de caráter reformista, em especial as greves, exceto a Greve Geral. Quanto aos anarquistas sindicalistas, estes apostavam nas mobilizações por reformas como estratégia de despertar os trabalhadores para o ideal anarquista de transformação social. O que importava é que ao menos estavam preparando os operários para “a grande luta”, prática esta mais conhecida como “ginástica revolucionária”.

Ressalta-se que para os anarquistas, de uma maneira geral, sua luta não estava limitada apenas aos interesses de classe, ou seja, à luta entre capital e tra-

balho. O pensar e agir libertários, isto é, a Cultura Política Libertária, extrapolava a questão simplesmente econômica. Os mesmos constituíram, então, desde associações de ajuda mútua, cooperativas, ligas operárias e de bairros, até os sindicatos propriamente ditos, estes últimos compostos por trabalhadores, cujo fim último era realmente resistir aos desmandos da classe patronal no explorar a mão-de-obra. No entanto, como já se disse, dentre estas e outras formas de organização, pelo menos duas características distinguem-nas entre si, apesar de ambas idéias e ações serem caracteristicamente libertárias. Assim, divididas entre os dois modelos, o anarquista comunista e o anarquista sindicalista⁵, cada uma das organizações agiu de modo particular na tentativa de pôr em prática a Cultura Política Libertária.

João Freire, em seu estudo introdutório ao livro *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, diz que Neno Vasco reconhecia o fato de que a ação sindical dos operários na luta direta contra os patrões era limitada. Segundo ele, o ideal seria fundir os agrupamentos de idéias com os agrupamentos de interesses. Neno Vasco acreditava que o espaço do sindicato serviria para que os anarquistas pelo menos espalhassem suas idéias devendo, no entanto, não caírem na tentação de impor ali uma doutrina ou um programa anarquista; ao mesmo tempo não deveriam deixar o sindicato "(...) perder as suas características de escola de aprendizagem de novas solidariedades sociais e de associação de resistência ao *status quo* burguês" (FREIRE, 1984, p. 16), a pretexto de independência e neutralidade sindical.

Alexandre Cerchiai, por sua vez, escrevia em 1906, um artigo contra o sindicalismo, o qual, segundo ele, seria mais de caráter representativo e com pouca estratégia de Ação Direta, uma espécie de reencarnação do corporativismo. De acordo com sua concepção, assim como seria um absurdo conquistar o poder público por decreto, seria igualmente absurdo querer representar uma "multidão medrosa" no sindicato e na lei. Ou seja, o princípio de não representar e não se deixar representar por ninguém a favor do qual lutava enquanto anarquista, acabava não prevalecendo no sindicato, onde votavam e se elegiam. (CERCHIAI: 1906, n. 69).

O propósito aqui não é tramar polêmicas sobre quais atributos foram mais ou menos adequados ao movimento anarquista brasileiro, a partir de São Paulo, muito menos agrupar espacialmente ou temporalmente as formas de organização que foram mais representativas em determinados períodos⁶, pois isto significaria priorizar umas em detrimento de outras. Buscar-se-á, apenas, indicar como elas se constituíam e agiam, tomando por base suas estratégias, métodos, práticas e princípios, a partir de algumas referências.

Everardo Dias⁷, apesar de reconhecer que a prática da Ação Direta no interior dos sindicatos foi forte (principalmente de 1906 até depois da Primeira Guerra), mesmo assim via tal movimento com certa desconfiança. Segundo ele, os anarquistas não demonstravam possuir clara consciência de classe, devido à concepção pequeno-burguesa⁸ dos dirigentes do movimento.

Por outro lado, de acordo com militantes anarquistas como Florentino de Carvalho, as lutas dos trabalhadores não ficavam limitadas ao espaço do sindicato

⁵ Na cidade de São Paulo, em determinado período, os anarquistas comunistas gravitavam em torno do periódico *La Battaglia* e os anarquistas sindicalistas em torno do periódico *O Amigo do Povo*.

⁶ Ou seja, é possível dizer que primeiramente surgiram as sociedades mutuais ou as cooperativas para depois virem as ligas e os Centros e, por fim as Uniões ou Sindicatos. Mas, ressalta-se que isto não se deu de forma linear, sendo que pode ter havido uma circulação de características de umas em outras aleatoriamente.

⁷ Enquanto marxista (expressão com que se auto-intitulava, além de esquerdista e socialista), Everardo Dias se opunha à concepção teórica e tática dos libertários, que não viam a necessidade de nenhum tipo de centralização ou de coação, mesmo a disciplinar, seja durante ou mesmo após uma possível insurreição contra o sistema (capitalista) vigente.

⁸ Em poucas palavras, pequena burguesia seria aquela classe ou camada social que estaria entre a burguesia e a classe operária.

(CARVALHO: 1915). Assim, as diversas organizações, no seu caminhar anárquico, cada uma a seu modo, foram de suma importância para o atual entendimento sobre o que é nomeado aqui de Cultura Política Libertária. Ou seja, os anarquistas não estavam preocupados em demonstrar ou provar, por exemplo, que as suas concepções não eram incongruentes. Apenas buscavam manter a retidão dos seus ideais e, com isto, acabavam por se constituir em organizações, as mais diversas, não necessariamente ligadas apenas aos conflitos entre as classes, mesmo porque os conflitos não se davam somente no espaço da produção.

Voltando às organizações propriamente ditas, se antes estas deviam ter um fim, que era a luta, a partir dos anos 1920 a luta é que passa a ter como finalidade a organização. O que muitas vezes ocorria é que uma organização surgia como efeito de uma ação, ou seja, sua constituição não era o objetivo primeiro de determinado movimento (SEIXAS: 1994). Assim, poderiam se dar, por exemplo, enquanto ponto de partida nos processos de luta. Mas no fundo, os vários militantes adeptos de uma ou outra corrente, distribuídos nas diversas organizações de que participavam, alertavam para a necessidade dos trabalhadores agirem diretamente em sua própria defesa, de uma ou outra maneira.

Ainda no que diz respeito às organizações e aos princípios, propriamente ditos, das diversas formas associativas, o periódico *O Amigo do Povo*, ao tratar das condições necessárias à organização traça uma relação entre consciência, vontade e atividade. Ou seja, a organização se forja em meio às idéias, à luta, à ação. É um instrumento privilegiado da ação e da consciência. No seu início, é um ato de vontade, é preciso que as pessoas queiram se organizar voluntariamente, mas é também o resultado de um conjunto de sentimentos e/ou de tendências apenas explicáveis pelo agrupamento dos indivíduos, ou seja, as pessoas devem ter consciência da necessidade de se organizarem. Percebe-se, através deste artigo, que *a organização era um efeito da luta*, da agitação. A partir dos anos 20, no entanto, tal princípio vira do avesso, ou seja, a ação é que passa a ser encarada enquanto consequência da organização. Antes, as organizações deviam ter um fim, que só poderia residir na luta, já que,

“(...) sem esta não há organismo, não há vida. A organização só pela organização é um absurdo; organizar-se para... estar organizado, não se compreende. (...) a organização é uma cooperação e coordenação de vontades; vale o que valerem essas vontades.”⁹

Anarquistas sindicalistas e anarquistas comunistas, apesar das divergências, se encontram ou se compactuam no princípio político da Ação Direta; Ação esta também percebida enquanto “base de acordo” que permite uma unidade plural, não impedindo, necessariamente, as divergências de opinião. Em outras palavras, cita-se um trecho do *A Lucta Proletária* de 1908:

“E assim, neste ponto, cabem várias aspirações políticas... O que porém, une, sobretudo as várias tendências é a ação: os reformistas vêem nela um fim imediato: os revolucionários querem-na pelo seu valor educativo.”¹⁰

A Ação Direta, seja enquanto princípio, base, estratégia ou método privilegiado não só das organizações, mas também dos indivíduos de ideais libertários, princípio este comum tanto aos anarquistas comunistas quanto aos anarquistas sindicalistas, consegue se definir e se explicar, de acordo com Victor Garcia, por

⁹ Depois da Greve. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 13 set. 1903, n. 34, p. 1.

¹⁰ E. F. As bases do acordo sindical, *A Lucta Proletária*, 21 mar. 1908, n. 10.

seu próprio enunciado. Ou seja, trata-se de uma noção de reação constante contra o meio atual, onde não se deve esperar nada de ninguém a não ser de si mesmo. Segundo este autor, a Ação Direta desenvolve a personalidade humana ao mesmo tempo que o espírito de iniciativa (GARCIA: 1988, p. 61). Assim, a Ação Direta tem como consequência um valor educativo sem par: ensina a refletir, a decidir, a atuar. Ensina, antes de tudo, autonomia. O trecho abaixo, retirado do artigo “O Que Queremos”, publicado no *O Amigo do Povo*, diz o seguinte sobre a Ação:

(...) Devemos aproveitar todos os meios... todos os progressos feitos na consciência dos homens para induzi-los a reclamar e impor as maiores transformações possíveis. (...) A simples propaganda seria impotente. A ação é tudo. (...)¹¹

Por outro lado, Ação Direta não é somente não se deixar representar, não é somente o fazer por si mesmo, nem é só quebrar máquinas, boicotar, fazer greve, mas é também dizer o que pensa, debater, dizer o que quer, o que não quer, como quer. Anarquistas sindicalistas e anarquistas comunistas que se encontram, portanto, no princípio político da Ação Direta, criticam, ambos, a noção burguesa do que seja o político, do que seja a esfera do político, enquanto partido, por exemplo. O ideal libertário percebe a política enquanto uma Cultura, enquanto uma conduta ética diversa da burguesa.

Numa outra edição do periódico *O Amigo do Povo*, em que se justificava a continuidade do artigo, o autor, desta vez, fazia a crítica ao Estado para desemboçar na Ação Direta:

Há quem afirme que o governo – criador e criatura, defensor natural do privilégio, tornar-se-ia, abolido o capitalismo, representante e gerente dos interesses gerais. (...) É pois necessário suprimir o governo – não este ou aquele governo, o Estado, persuadi-lo de que sem ele se pode viver melhor, eis a nossa primeira tarefa. (...) Devemos... favorecer todas as lutas por liberdades parciais: na luta aprende-se a lutar e quem começa a saborear um pouco de liberdade acaba por querê-la toda. Estejamos sempre com o povo, procuremos ao menos que pretenda alguma coisa e que esse pouco ou muito que queira, o queira conquistar por si mesmo. (...) Contra o governo, que tem exércitos e polícias, não se faz guerra de argumentos, que o não convencem: a luta é toda física, material. (...)¹²

Mais uma vez, a oposição à representatividade. Mais uma vez, os anarquistas sindicalistas reforçando a idéia de “ginástica revolucionária”. Apenas a Ação Direta, no caso deste exemplo, para os anarquistas sindicalistas tinha mais valor que a fala, tinha mais valor que a propaganda. A propaganda poderia acabar se fazendo na própria ação. Mas, acima de tudo, se deve perceber que o princípio da Ação Direta desvela uma classe operária que não se engajava nas relações de favor que então se davam. Tal exposição articulada a favor da livre associação e de reunião, da noção de livre pensamento, da liberdade de expressão, é também encontrada em Leuenroth:

Estando naturalmente preestabelecida a atitude dos anarquistas em face de qualquer atentado às liberdades públicas e aos direitos do cidadão, no noticiário da própria imprensa burguesa é encontrado o registro de sua ação contra as

¹¹ O que queremos II. *O Amigo do Povo*, 10 mai. 1902, n. 03.

¹² O que queremos IV. *O Amigo do Povo*, 7 jun. 1902, n. 05.

restrições ao direito de livre associação, as quais têm atingido principalmente as agremiações sociais e sindicais.

As coibições do direito de reunião, verificadas muitas vezes contra manifestações públicas e até contra assembléias em recintos privados, sempre provocaram e continuam a provocar a imediata e ativa repulsa dos libertários. (LEUENROTH e VASCO, in: LEUENROTH, s/d, p. 110).

Segundo o periódico *A Lucta Proletária*, em 1906, a Ação Direta era, então, um princípio de fundamental importância numa organização libertária, sendo que praticá-la significava não deixar que as mesmas ficassem aos cuidados nem de presidentes, nem de conselhos; a função ou missão destes seria unicamente executiva²⁰. Também, neste plano, a Ação Direta deveria ser um princípio praticado no interior dos sindicatos. Ou seja, a não delegação da participação, a não hierarquização, nem a 'divisão do trabalho' político. Apesar da sua positividade, a Ação Direta chegou a ser identificada com a violência. Neste sentido, uma brochura divulgada no Rio de Janeiro chamava a atenção para o fato de que os detratores buscavam, por sua vez, dar uma carga negativa a esta prática:

(...) é inútil querer deter a marcha revolucionária do proletariado. Desde que ele compreendeu que só organizado autônomo e federalmente, podia apressar o fim da sua escravidão, integrou-se... no espírito da luta de classe e, conseqüentemente, na ação direta. Simplesmente lhe tem feito crer que a ação direta é uma coisa diferente do que ela é. Assim os políticos tem espalhado aos 4 ventos, que a ação direta consiste em que os operários virem à praça pública exporem as carnificinas e outras coisas horripilantes.

É preciso que se saiba que não é nada disso. A ação direta é não confiarmos no parlamentarismo nem nos homens que o defendem; é não esperar do Estado senão reformas ilusórias e deprimentes (...); é não entregarmos a resolução das nossas questões com o patronato a políticos que sempre nos ludibriam; (...) é confiarmos na força saída do nosso esforço; é lutar no campo econômico-social cada vez com mais energia (...) (SOUZA: 1911, n. 3, pp.26-7).

Há, também, trabalhos historiográficos que, mesmo buscando dar destaque a algumas contribuições dos anarquistas para o movimento dos trabalhadores na Primeira República, são marcados pela relação anarquismo/imigração, significando fraqueza e derrota (CARDOSO: 1972, pp. 467-486). O Anarquismo vem variando dentro desta bipolaridade. Para uns, tratou-se de um movimento que teve uma importância significativa com ápice no início do século XX. Para outros, no entanto, tratou-se de um movimento que, desde o seu início, estava fadado à derrota. A presença do anarquismo estava atrelada à idéia de debilidade do movimento operário (MAGNANI: 1982, p.33). A busca é por se entender a debilidade e não o movimento anarquista em si. Trata-se de uma estratégia que desqualifica antecipadamente o anarquismo.

O que chama a atenção, no entanto, são as justificativas para ambas as interpretações, que, *grosso modo*, não se diferenciam entre si. Ou seja, se para uns, determinadas estratégias, práticas, métodos, princípios ou elementos inerentes às organizações anarquistas significam positividade e/ou força (pelo menos em alguns momentos), para outros historiadores, sociólogos ou mesmo militantes de esquerda (avessos às idéias anarquistas), estas mesmas práticas é que levaram o movimento a se enfraquecer.

²⁰ A Greve da Paulista. *A Lucta Proletária*. 1 set. 1906, n. 2, ano I.

Expressões de uma cultura política libertária

A Ação Direta, princípio privilegiado do anarquismo, constituiu-se em várias formas de expressar-se concretamente. Dentre elas, a ocupação de fábricas, as passeatas, a sabotagem, a greve (geral ou parcial), greves de solidariedade, greves de protesto, greves de reivindicações sociais, o labéu²¹, a manifestação pública (comícios e protestos), assembléias e outros. Apesar desta diversidade de meios de atuação e de luta, a *Greve Geral* parece ter sido o método singular de ação do proletariado. No entendimento de Montenegro:

Cada época tem o seu método particular, a cada grau de civilização os seus processos novos. Ela (a greve geral) é a arma privilegiada ao alcance do proletariado moderno, mais eficaz que a 'instrução' e a 'luta armada, as barricadas'. (que não passam de 'meios ilusórios') (MONTENEGRO: 1902, n. 2).

Isto confirma a idéia de que cada ser humano é fruto do seu tempo. Cada um dos vários séculos cultivou suas próprias categorias de pensamento e de ação. Quais então seriam os meios de ação que os libertários adotariam ou se recusariam a adotar? Eles mesmos respondem:

nós somos adversários do legalismo, que consiste em pretender resolver a questão social e conquistar a emancipação mediante a lei; mas isso não quer dizer que recusemos servir-nos dos meios que cremos úteis, quando porventura a lei não os proibiu.²²

Presume-se que esta fração da Cultura Libertária, qual seja, a aversão pelas leis, faça eco ao seu entendimento sobre as mesmas enquanto dificultadoras, por exemplo, das suas organizações. Ou seja, se suas reuniões e ações fossem realizadas às ocultas, de forma "ilegal", poderiam não ser alvo fácil das tão comuns repressões policiais.

Voltando às greves, um dos autores que chegaram a realizar um levantamento mais sistemático sobre as que vieram ocorrendo desde o Império no Brasil, mas que vieram priorizar o período em que o movimento anarquista esteve aqui mais forte, foi Linhares (1977). No entanto, no geral, autores que seguem este mesmo raciocínio consideram o anarquismo como algo estranho à sociedade brasileira e que, por isto mesmo, esta Cultura pode ter sido responsável pela fraqueza do movimento dos trabalhadores, justamente cuja situação no então contexto, era uma das piores.

O trecho seguinte, retirado do periódico *A Lucta Proletária*, que também trata do tema da greve geral e da figura do militante enquanto "vanguarda", aponta para o fato de que a função do militante operário não seria a de direção do movimento. Ou seja, o operariado militante libertário deve agir, necessariamente, de forma independente, sem necessitar de alguém que os dirija, que os comande, que os conduza. Há uma forte tensão presente nesta concepção cultural do militante libertário e da ação do chamado 'sindicalismo de minorias militantes'. Neste sentido, o sindicato de massa seria uma espécie de sindicalismo de número, de quantidade. Segue:

²¹ Ato de tornar pública uma nota que manchasse a reputação, no caso, de algum patrão ou de alguma fábrica.

²² Os nossos meios de acção, *A Terra Livre*, 15 ago. 1906, n. 14, p. 2.

(...) A greve geral (...) não pode ser de modo algum preparada na secretaria de uma Federação Operária, não pode ser o resultado da resolução de uma meia dúzia de indivíduos – tenham estes ou não influência sobre a massa operária. (...) A greve geral vem de per si, sem que seja possível prevê-la (...). Não pode ser realizada sem ter a seu favor o desejo da massa proletária (...).²³

Apesar de terem sido poucos os militantes²⁴ que se destacaram na escrita ou na oratória, eles se envolveram nas manifestações públicas de protesto, mas a ação mesma, logicamente, não teria partido somente destes. Com relação a uma sublevação espontânea, esta, segundo os anarquistas, dificilmente aconteceria, pois não bastaria apenas vontade e solidariedade, mas também uma maior conscientização e orientação. Assim, a relação tecida entre consciência, vontade e atividade são exatamente as condições necessárias à organização. E o rompimento de qualquer um dos elementos desta tríade pode ter sido o que levou muitas greves à derrota na Primeira República.

É importante esclarecer que pelo menos duas abordagens acadêmicas, feitas entre as décadas de 1960 e 1970, justificam de uma outra maneira as alterações no que diz respeito às aspirações e comportamento político dos trabalhadores da Primeira República. Segundo tais interpretações (RODRIGUES: 1968, pp. 341-360; LOPES: 1964), na fase posterior a 1930, o perfil do trabalhador teria mudado, ou seja, os mesmos deixaram de ser basicamente de origem estrangeira, passaram a representar uma grande parcela da população, passaram a ter mais participação “política”, sem se preocupar apenas com os aspectos econômicos, superaram sua origem rural, passaram a ter mais estabilidade profissional, passaram a agir coletivamente de forma mais padronizada e a cultivar tradições e crenças no interior da sua classe.

Nota-se, portanto, que existem diversas formas de avaliar o comportamento ou a Cultura Política daqueles trabalhadores. Para os libertários, neste caso, que estavam vivenciando aquele momento, o que poderia levar uma greve, enquanto exemplo de organização e luta, à derrota ou à vitória estava muito mais relacionado a questões internas, tais como vontade e consciência, do que a questões externas como origem estrangeira e/ou rural.

Há, ainda, autores²⁵, geralmente simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro – PCB, que acabam desconsiderando, de certa maneira, o movimento operário que precedeu 1922, ano de fundação do referido partido. Conseqüentemente, o anarquismo, forte justamente nas duas primeiras décadas do século XX, é também difamado, obscurecido, mitigado, como se o movimento operário tivesse passado a ter mais importância somente a partir do aparecimento do “partidão”.

Tratando novamente a questão da Greve Geral, enquanto expressão cultural libertária singular de Ação Direta, esta veio a demonstrar sua força na cidade de São Paulo no ano de 1917. A imagem que então se fez de tal episódio, na época, foi a seguinte:

É público, notório, é igualmente sabido que, em dias de julho de 1917, nesta cidade haviam rebentado todos os aparelhos da pública administração, estando ela desarmada, aterrorizada diante dos grevistas. (MORAES: 1918, p. 21).

Em trabalho recente, a Greve Geral de 1917 é tratada como um acontecimento histórico singular, em que foram os anarquistas os orientadores e coordenadores de tal movimento, “marco histórico no processo de formação da classe operária como auto-

²³ Greve Geral. *A Lucta Proletária*, 29 fev. 1908, ano III, n. 7.

²⁴ Como exemplos, Gigi Damiani, que se destacou pela escrita e Edgar Leuenroth, que se destacou pela oratória.

²⁵ Um exemplo pode ser Leôncio Martins Rodrigues.

constituindo-se em seu enfrentamento concreto com o capital” (LOPREATO: Op. cit., p. 216). Como se vê, as Greves Gerais, quando prosperam, medram, assustam, apavoram. Seus organizadores, participantes e simpatizantes acabam, finalmente, conseguindo materializar os objetivos iniciais. José Oiticica dizia o seguinte por ocasião do movimento de 1917: “(...) das organizações que a polícia fechava, brotavam às vezes outras organizações com novos nomes” (OITICICA: 1918, p. 57). Esta afirmação nos dá indícios para um possível entendimento sobre a questão da (des)continuidade enquanto passageira, temporária.

Vale lembrar que, segundo a interpretação de Sferra (SFERRA: 1982, p. 132), os anarquistas de orientação sindicalista não percebiam a Greve Geral bem como a Revolução Social como produto de uma ação irrefletida e natural, no sentido de presumível. Segundo eles, se organizados no sentido de resistirem e pressionarem, estariam também despertando e aguçando os trabalhadores à luta. Para os anarquistas comunistas, por seu lado, a Greve Geral não devia ser resultado de uma experiência organizacional dos trabalhadores, entre os quais dificilmente haveria espaço para a solidariedade, devido à possibilidade de concorrência entre os mesmos. Ao contrário, a Greve Geral devia ser espontânea ou as conquistas seriam apenas efêmeras.

Mas e as *Greves Parciais* ou por reformas? Estas também corresponderiam ao que se nomeia aqui de uma Cultura Anarquista? Segundo Neno Vasco:

Se essas reformas são o fruto da *ação direta*, da iniciativa popular, dum estado de consciência dos que as desejam e conquistam, não está mal. (...) Quanto mais não seja tem-se a vantagem da ação, o hábito de querer conquistar: caminha-se enfim, faz-se o exercício. Marcando passo, não se sai do mesmo sítio, nem aprende-se a marchar.

Mas, ainda aqui a nossa ação deve ser abertamente libertária. Trata-se de convencer de que todas as reformas realizadas, dentro do atual regime autoritário capitalista, quando não são... ilusórias são passageiras e insignificantes; que é necessário (...) por termo ao reinado dos poderosos inimigos da iniciativa individual e do livre-acordo – o Estado e o Patrão.

Se assim não fizermos, viria a reforma, passaria a reforma, viria a desilusão e p/ uns o desânimo e a inação. (...) (VASCO: 1922, n. 6).

Vê-se bem, no trecho acima, a questão tanto das reformas imediatas quanto, mais uma vez, da ginástica revolucionária. Lembrando que não só o modo de proceder, mas igualmente o convencimento, a oratória, a persuasão fazem parte desta Cultura libertária. Deve-se lembrar, que o referido artigo foi escrito e publicado pela primeira vez em 1909 em Portugal e vem corroborar a idéia de que organizações anarquistas sindicalistas e as anarquistas comunistas têm o princípio da Ação Direta como seu principal ponto de semelhança.

Com relação à Ginástica Revolucionária, ou essa função das melhorias imediatas e/ou conquistas parciais (que segundo Giulio Sorelli [1908, n. 29], não é tão simplista assim), um trecho do periódico *A Lucta Proletária* a apresenta impregnada do seguinte nível de consciência:

O povo deve gozar, deve saborear as comodidades da vida: a verdadeira, a grande revolução está em adquirir ao povo necessidades que hoje só o rico sente; em perder o hábito de viver miseravelmente e de servir: em reclamar para si os benefícios da civilização; em considerar o atual estado de coisas como um estado de barbaria e em não mais se deixar enfrear por ninguém, em não mais

se deixar reduzir à miséria, à escravidão, porque a vida cômoda e o trabalho em proveito próprio terão entrado a fazer parte da natureza humana.²⁶

Tal autor (desconhecido) admite as conquistas parciais de forma satisfatória, mesmo consciente de que são resoluções apenas imediatas. Assim, busca estender seu pensamento de maneira que todos o sancionem. Tal raciocínio, se é possível generalizá-lo, vem apenas dar sustentação e substância àquilo que se nomeia aqui de uma Cultura Libertária.

Outra forma de expressão de Ação Direta era a *Manifestação Pública*, ou seja, ato de manifestar-se ou expressar-se em público, através da oratória, da persuasão, do convencimento. Um exemplo são as manifestações feitas contra a carestia de vida.

Quanto ao *boicote*, outra manifestação do princípio da Ação Direta, trata-se de uma espécie de punição, de constrangimento que, no caso, poderia se dar em relação a uma pessoa (o patrão), a uma classe (a patronal), ou a um estabelecimento, geralmente em represália, recusando sistematicamente relações sociais ou comerciais. Basicamente, solicitava-se ao público consumidor que evitasse comprar produtos de determinado fabricante ou comerciante. Mas o Boicote podia assumir outras formas, por exemplo, a produção de um gênero similar ao boicotado, com marca e etiqueta falsa, mas este sendo vendido a um preço inferior, no intuito de excluir do mercado o gênero boicotado²⁷. No fim das contas, se a classe trabalhadora está bem organizada e conta com uma sólida consciência solidária, o comerciante ou o industrial, proprietários de determinada fábrica ou de determinado produto ou comércio, acaba se vendo obrigado a ceder, acatando as condições exigidas pelos boicoteadores. Eis alguns exemplos, retirados de periódicos, cujas notas concisas, estampadas nos periódicos operários, chamavam a atenção e convidavam ao boicote:

“Non leggete l'immondo giornale IL SECOLO”.²⁸

“I prodotti Matarazzo sono boicottati”.²⁹

“Non andate a lavorare col costruttore Paolo Castellani”.³⁰

“Il costruttore Paolo Castellano è boicottato”.³¹

“Lavoratori, se vi è cara la vita, non andate a lavorare sulla 'Noroeste', ovre troverete la morte”.³²

“Operai, Non comprate i prodotti Matarazzo!”³³

A *Sabotagem*, por sua vez, outra manifestação de Ação Direta, podia ter como alvo uma máquina, por exemplo, onde se danificava seu mecanismo de produção; podia tomar a forma de trabalho lento, “operação tartaruga” como conhecemos hoje; ou ainda a destruição ou danificação, não da máquina, mas da produção. Trata-se, portanto, de uma prática para impedir ou prejudicar o curso normal

²⁶ *A Lucta Proletária*, São Paulo, 25 jan. 1908, n. 2, p. 3.

²⁷ *Boycott. La Lotta Proletaria*, São Paulo, 7 jun. 1909, n. 37.

²⁸ *La Lotta Proletaria*, São Paulo, 2 fev. 1909, n. 31. Tradução livre da autora: “Não leiam o imundo jornal IL SECOLO”.

²⁹ *La Lotta Proletaria*, São Paulo, 2 fev. 1909, n. 31. Tradução livre da autora: “Os produtos Matarazzo estão boicotados”.

³⁰ *La Lotta Proletaria*, São Paulo, 2 fev. 1909, n. 31. Tradução livre da autora: “Não trabalhem para o construtor Paolo Castellani”.

³¹ *La Lotta Proletária*, São Paulo, 2 fev. 1909, n. 31. Tradução livre da autora: “O construtor Paolo Castellano está boicotado”.

³² *La Lotta Proletária*, São Paulo, 15 mar. 1909, n. 33. Tradução livre da autora: “Trabalhadores, se a vida lhes é cara, não andem a trabalhar para a 'Noroeste', onde encontrarão a morte”.

³³ *La Lotta Proletária*, São Paulo, 1 mai. 1909, n. 35. Tradução livre da autora: “Operários, não comprem os produtos Matarazzo!”.

do trabalho, expressão cultural esta em que a solidariedade é de suma importância.

Outra forma de Ação Direta é o *Labéu*, ou seja, a publicação, por exemplo, de uma nota que manche a reputação, revelando o nome dos que não aderiam aos movimentos, os chamados fura-greves. Neste sentido, os anarquistas, ao condenar a prática da crumiragem, eram extremamente inventivos, escarnecedores e irônicos, como é possível verificar nos trechos transcritos a seguir:

Todos os *Krumiros* de profissão, que, de hoje em diante, acharão trabalho garantido na oficina de carros do senhor ANGELO FOSSATI (alameda dos Andradas, 80) nos seguintes

PACOTOS E CONDIÇÕES

1. O *Krumiro* deverá trabalhar até que o patrão diga: Chega!
2. Os *Krumiros* têm a obrigação de *puchar o sacco* ao Sr. Fossati e referir a elle tudo quanto na oficina se diz a seu respeito.
3. E' absolutamente prohibido aos *Krumiros* pedir adeantamento de dinheiro, embora tenham trabalhado como bestas durante mez e meio, sob a pena de serem despedidos a pontapés.

Já se comprometeram a observar escrupulosamente as condições acima, os seguintes KRUMIROS PRIVILEGIADOS:
NARCISO ZANI, PAOLO GATTI, LODOVICO FINARDI E ETTORE (aliás irmãos de mangiamorti).

O Sindicato dos trab. em Vehiculos.³⁴

E ainda,

“Na fábrica Matanó (...) conseguiu trazer ao trabalho um certo número de pessoas sem aprendizagem – engraxates, carregadores, vendedores de bananas e vagabundos, enfim, tudo o que podia ser utilizado como espantalho – os prejuízos são incalculáveis”.³⁵

“Os *Krumiros* por não serem bons operários qualificados acabam por realizar, malgré eux, uma ‘sabotagem involuntária’:
“Os estragos que dia a dia os *crumiros* fazem nesta fábrica são enormes: chapéus queimados pela tinta impostável, jogados às dezenas para baixo das mesas (...) e uma quantidade incalculável de matéria prima atirada ao cisco. (...) os poucos chapéus que os patrões conseguem levar para o depósito são devolvidos por não se acharem em condições de poderem ser postos no mercado (...)”.³⁶

³⁴ Pacotos e Condições. *A Lucta Proletária*, São Paulo, 21 mar. 1908, p. 1, ano III (Segunda Época).

³⁵ Os Chapeleiros. *A Lucta Proletária*, São Paulo, 15 fev. 1908, ano III, n. 5, p. 3.

³⁶ Idem.

“... fazer parte dessa sociedade seria abdicar de sua individualidade, aceitando a condição de puxa-sacos dos patrões, seus exploradores. (...) [a soc. É formada por] vagabundos e vendedores de bananas, que além de terem sido nossos traidores, ladrões do nosso pão (...)”.³⁷

“... guerra épica, eterna, que fazem uma a outra as 2 classes sociais: vagabundos e trabalhadores; ricos e pobres, parasitas e produtores”.³⁸

“Mas surgiu a núvem negra, esse rebanho de miseráveis inconscientes chamados *crumíros*, que se submeteram a trabalhar 9 horas, e a greve fracassou. (...)” ou “... grevistas que foram subjugados por causa do grande número de vagabundos que os proprietários puderam arranjar...”. (SORELLI: 1908, n. 14).

Como se vê, a organização, neste caso o sindicato, que se sentisse prejudicada diante do descomprometimento de alguns em relação às suas próprias condições enquanto trabalhadores, ridicularizava os mesmos, enquanto “fura-greves”, ficando estes desmoralizados perante a própria classe.

É exemplar um trecho do periódico *La Battaglia* (caracteristicamente anarquista comunista) que, mais uma vez, desvela parte desta Cultura Política Libertária, sobre a qual iniciou-se um contato, justamente através de algumas das suas várias expressões citadas anteriormente. Recorrer a outros companheiros, de forma solidária, é um atributo comum a ambas as expressões culturais de um anarquista. Sendo assim, ele poderia ser:

(...) individualista na ação que pode exercitar mais proficuamente sozinho (...), mas torna-se organizador, mesmo sem fundar sociedades com programas, regulamentos etc., quando para realizar algo superior às suas forças recorre à solidariedade dos outros (...) a organização que o anarquista aceita e na qual desenvolve sua atividade é libertária por excelência, não estabelece renúncias forçadas e disciplina, nenhum poder da maioria sufoca as iniciativas individuais, qualquer um pode agir livremente, aceitar ou não um dado princípio, um dado método de luta, uma dada idéia (...) Resta saber se é possível uma organização anárquica, quer dizer, anti-autoritária em regime burguês. Parece que sim (...) milhares de agrupamentos anárquicos, de círculos libertários, círculos de estudos sociais, sem presidência, sem estatutos, sem comissões executivas estão aí a demonstrá-lo.³⁹

Fica claro, em tal trecho, além da questão da solidariedade, como os mesmos pensavam a respeito da liberdade individual e do não autoritarismo. Igualmente sugestivo é o fato de que, se alguém não se adequasse a uma organização anarquista de determinada orientação, a qual lançasse mão de certos métodos e estratégias, o melhor a fazer seria procurar ou, quem sabe, fundar uma outra organização que se aproximasse ou que se assemelhasse mais aos seus princípios, idéias, objetivos e formas de alcançá-los. Por outro lado, não se pode dizer que os individualistas⁴⁰ se condenassem ao isolamento de forma deliberada. Segundo

³⁷ A União dos Chapeleiros. *Aos operários chapeleiros e ao povo em geral. A Lucta Proletária*, São Paulo, 7 mar. 1908, n. 8, p. 4.

³⁸ Idem.

³⁹ *La Battaglia*. São Paulo, 23 jul. 1907, n. 131. (Ref. AEL: MR/0015).

⁴⁰ “(...) no campo do anarquismo individualista não se cogitava lutar em prol de modelos sociais baseados no mutualismo, no coletivismo ou no comunismo, modalidades de convivência social contrárias à ordem natural das coisas, na medida em que almejam diluir as diferenças individuais em nome de um artificioso igualitarismo (...) A possibilidade de existir na futura sociedade alguma forma de estrutura associativa

Victor Garcia, o que existe de diferença entre individualistas e organizativistas é uma questão de palavras, que não resistem a um exame mais atento dos fatos. Muitas vezes, acontece que os individualistas podem estar mais bem organizados que os próprios organizativistas. A razão é que estes últimos pregam a organização, mas não a praticam. (GARCIA: 1988, p. 367). No periódico *Germinal!* de maio de 1913, encontra-se a seguinte opinião:

(...) nos lugares onde a organização operaria teve e tem uma tendencia francamente libertaria essas discrepancias ou luctas entre organizadores e individualistas, salvo raras excepções, não tem sido notavel; cada um luta auxiliando-se mutuamente, excepcionalmente nos momentos dificeis. (CRISPIM: 1913, p. 1).

De forma semelhante, pode-se sugerir que as diferenças entre anarquistas comunistas e anarquistas sindicalistas não eram tão rigorosas como se sinaliza, pois não se percebeu que uma ou outra organização, com determinada orientação, estabelecesse renúncias forçadas e disciplina aos seus participantes, muito menos se percebeu que as iniciativas individuais dos mesmos viessem a ser sufocadas.

Referências bibliográficas

BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários etnocêntricos. *Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth)*. Campinas: Gráfica IFCH, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e Comportamento Social do Proletariado. Publicado em Paris pela *Revista Brasiliense*, reproduzido in: *Comunidade e Sociedade no Brasil*. Florestan Fernandes. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1972.

CARVALHO, Florentino de. *Da Escravidão à Liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. Porto Alegre: Sociedade Editora Renascença, 1927.

_____. *A Guerra civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo: Editorial Ariel, 1932, 140p.

_____. Pró e Contra il Sindicalismo: atitude dos anarquistas ante o movimento operário. *Guerra Sociale*. São Paulo, 1915, n. 10, ano I.

CERCHIAI, Alexandre. Anarchismo o Opportunismo? *La Battaglia*, São Paulo, 25 fev. 1906, n. 69.

CRISPIM, João. Luta Proletaria, métodos e tendencias. *Germinal!* São Paulo. 31 mai. 1913, ano I, n. 11, p. 1.

DEPOIS da Greve. O Amigo do Povo. São Paulo, 13 set. 1903, n. 34, p. 1.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

FREIRE, João. Estudo Introdutório, in: VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Ed. 214, Porto: Afrontamento, 1984.

GARCIA, Victor. *Antologia del Anarcosindicalismo*. Caracas, Venezuela: Ruta – Base, 1988.

entre os homens não era, contudo, inteiramente negada pelos anarquistas individualistas, mas tal associação deveria ter, necessariamente, caráter provisório, temporário”. Ver: LUIZETTO, 1987, pp.17-18.

- GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo. Da doutrina à ação*. São Paulo: Germinal, s/d.
- LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro de Libertação Social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.
- _____ & VASCO, Neno. Em defesa das liberdades públicas e dos direitos dos cidadãos, in: LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo – Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, s/d. E outros.
- LINHARES, H. *Contribuição à História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta – a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LUIZETTO, Flávio. *As Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGNANI, Sílvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Novos tempos, 1989.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Trad. José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MONTENEGRO, F. L. A Greve Geral. *O Amigo do Povo*, 1 mai. 1902, n. 2.
- MORAES, Evaristo de. *O Anarquismo no Tribunal do Jury: processo de Edgard Leuenroth*. Rio de Janeiro: La Vera, 1918.
- NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- OITICICA, José. Em defesa da Federação Operária, in: *A Rua*. Rio de Janeiro, 19 abr. 1918, reproduzido em OITICICA, José. *Ação Direta*.
- O LIBERTARIO*. Rio de Janeiro, 1 nov. 1904, ano I, n. 1, p. 1.
- PEREIRA, A. *A Formação do PCB – 1922-1928*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.
- PINHEIRO, P. S. e HALL, M. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de Males*. Campinas, n. 5, p. 120, 1985.
- PRESIDENTE do Partido Operário Independente. Carta Aberta a D. Elisa Scheid. A Terra Livre*. São Paulo, 17 fev. 1906, n. 4, p. 2.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REIS, H. Corrêa dos. Fatos do Movimento Operário Brasileiro. *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 35, pp. 70-78.
- RORIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro: Laemert, 1969.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas e Artes, UNICAMP. Campinas. Outubro/1998.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. Sobre “Classes Populares” no pensamento sociológico Brasileiro. *A Aventura Antropológica – Teoria e Pesquisa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SEIXAS, Jacy Alves de. O esquecimento do anarquismo no Brasil: A Problemática da (re) construção da identidade operária. *História & Perspectiva*, Uberlândia, (11): 213-232, Jul./Dez. 1994.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcosindicalismo: orientações do movimento operário brasileiro – 1906-1907*. 1992. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/ História). UNIMEP. Piracicaba, 1982.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo, in: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História, Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado* (suas relações na formação do proletariado de São Paulo). São Paulo: Dominus, 1966.

SOUZA, M. J. de. *Sindicalismo e Ação Direta*. Porto: Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, 1911, n. 3.

SORELLI, Giulio. Beppe ed il socialismo. *La Lotta Proletaria*, 30 dez. 1908, n. 29.

TELLES, J. *O Movimento Sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

VASCO, Neno. A Nossa Ação. *Renovação*. Rio de Janeiro, abr. 1922, n. 6.